



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 98/18 – terça-feira, 5 de junho

Jornal A Crítica

Capa – 03
Coluna Sim&Não – 04
Negociações continuam – 05

Jornal Diário do Amazonas

Coluna Claro&Escuro – 06

Jornal Em Tempo

Bancada amazonense já tem estratégia para reunião com Temer – 07

Jornal do Commercio

Indústrias buscam valorização ambiental – 08



CONTA DO DIESEL

Dia de hoje é decisivo para a Zona Franca

Deputados federais e senadores do Amazonas têm reunião com ministro da Fazenda para tentar solução ao corte de benefícios da ZFM como compensação ao subsídio nacional para óleo diesel. **PÁGINAS A3 E A9**

Prova de fogo para a bancada

A bancada federal do AM em Brasília enfrenta hoje sua maior missão dos últimos anos: convencer o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, a mudar a intenção de compensar a partir da redução de benefícios na Zona Franca de Manaus impostos que foram retirados do diesel. A agenda da bancada com Guardia foi marcada pelo próprio presidente Michel Temer, em conferência por telefone com os congressistas. Os parlamentares precisarão mostrar que o apoio da maioria deles ao governo federal até aqui valeu a pena.

Encontro O líder da bancada federal, senador Omar Aziz (PSD), sustentou ontem à tarde que a reunião no Ministério da Fazenda estava confirmada para esta terça-feira às 16h. Todos os deputados federais do Estado e os três senadores deverão estar presentes.

Solução Na tarde de ontem, o deputado federal Pauderney Avelino (Democratas) trabalhava com técnicos e representantes do Polo Industrial de Manaus na construção de uma proposta que será apresentada hoje ao ministro Eduardo Guardia.

ZONA FRANCA DE MANAUS

Negociações continuam

Governo federal, parlamentares do AM e empresários buscam solução para reduzir impactos no polo de concentrados da ZFM

ANTÔNIO PAULO
antonio paulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Uma nova rodada de negociações entre o governo federal, os empresários do polo de bebidas da Zona Franca de Manaus (ZFM) e a bancada de deputados e senadores do Amazonas, no Congresso Nacional, acontece hoje, às 14h, no Ministério da Fazenda. A reunião é para encontrar soluções alternativas ao Decreto 9.394/2018, do presidente Michel Temer, do último dia de 30 de maio, que reduziu de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os concentrados de bebidas não-alcoólicas (refrigerantes e sucos). Essa redução tributária atinge as indústrias da ZFM, que perdem competitividade para os fabricantes de bebidas fora do Amazonas.

"Desde a semana passada, está-se buscando alternativas porque não há uma solução pronta. Na reunião desta terça-feira (5), os empresários do setor de bebidas da ZFM vão apresentar uma contraproposta ao ministro da Fazenda para 2018 e 2019. A tendência é que no ano que vem a alíquota do IPI dos concentrados seja reduzida de 20% para 15% em vez de 4% como está no decreto 9.394/2018", explicou o subcoordenador da bancada amazonense, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM). Outra proposta dos empre-

Saiba mais

>> Articulações

Na sexta-feira passada (1), o governador Amazonino Mendes se reuniu com o presidente da República, no Palácio do Planalto. A bancada parlamentar teve uma audiência via telefone, com Temer e empresários do setor de bebidas. Todos buscando uma solução para mitigar os impactos do Decreto 9.394 no polo de concentrados da Zona Franca de Manaus.

sários é que seja garantida a segurança jurídica na relação indústria-governo. O setor reclama que, ao mesmo tempo em que os incentivos fiscais são dados, como a isenção de IPI e o direito ao crédito presumido, a Receita Federal vem atuando as empresas que não cumprem as regras estabelecidas pela Organização Mundial de Aduanas (OMA).

Já o Ministério da Fazenda e a Receita Federal insistirão para que a compensação dos créditos a qual empresas do polo de concentrados têm direito não sejam compensados em 2018. "Esse crédito tributário não sendo utilizado pelas empresas, até o final do ano, o governo não terá que desembolsar recursos e conseguirá fluxo financeiro, mas a Lei de Responsabilidade



Decreto reduziu de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre sucos e refrigerantes

Fiscal (LRF) não permite essa manobra", adverte o parlamentar amazonense.

DECRETO LEGISLATIVO

Em outra ação política, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ingressou ontem com um Projeto de Decreto Legislativo, na Mesa Diretora do Senado, para sustar os efeitos do Decreto 9.394/2018, do Poder Executivo, que reduziu o IPI dos con-

centrados para refrigerantes de 20% para 4%. Com a redução, o governo espera arrecadar R\$ 740 milhões e compensar parte do custo do acordo com os caminhoneiros para baixar o preço do combustível. "A modificação das alíquotas acaba, na prática e sem lei, com o incentivo fiscal garantido para a ZFM, o que torna sem efeito o comando constitucional. Além do mais, a modificação aumenta indireta e ime-

diatamente a carga tributária das indústrias de refrigerantes, que terão reduzidos os créditos das aquisições, o que viola o princípio da não-surpresa tributária", justifica.

Caso seja aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria seguirá para o plenário do Senado. Na Câmara terá a mesma tramitação e, aprovada, segue à promulgação do presidente do Congresso.

Blog

“ Apio Tolentino

SUPERINTENDENTE DA SUFRAMA

A regra de ouro na gestão pública precisa ser mantida: "em time que está ganhando não se mexe". A busca pelo equilíbrio da contrapartida fiscal do País alcança a economia do Amazonas, complica a geração de emprego e provoca insegurança jurídica e isso precisa ser revisto. Comprendemos - na medida em que atuamos na gestão de 8% da renúncia fiscal do Brasil - a busca de saídas para atenuar as contradições da gestão tributária do Brasil. Entretanto, 92% da renúncia fiscal se dão longe desta região remota e esquecida das prioridades públicas. Por que temos de pagar uma conta se não temos, sequer, estrada de integração aos demais estados? A Amazônia Ocidental - no usufruto de seus tímidos incentivos fiscais - tem dado sua contribuição efetiva para equilibrar o déficit público. O Decreto em referência alcança o segmento do polo industrial de Manaus que mais interioriza o desenvolvimento, diversifica a economia e gera mão-de-obra, sem tocar na floresta".



PIB 1

Este ano, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) completam 20 anos de parceria no apoio à construção das Contas Regionais e PIB dos municípios dos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá.



PIB 2

De hoje até sexta, a autarquia e o instituto farão um encontro para debater esse trabalho de campo, com a presença do presidente do IBGE, Roberto Olinto Ramos, e outros diretores de contas regionais.



Campus

O ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva e o reitor do Instituto Federal do Amazonas, Antonio Venâncio Castelo Branco, inauguram, nesta sexta-feira, o Campus Avançado Manacapuru, na Estrada Manoel Urbano, Km 77, próximo ao Rio Miriti, sede do Campus.

LATAQUE À ZFM

Bancada amazonense já tem estratégia para reunião com



Parlamentares da bancada amazonense em reunião na qual tentaram reverter o decreto de Temer, na última sexta-feira (1º)

Fabiane Moraes

Depois de pressionar, sem sucesso, o presidente Michel Temer [MDB] por telefone na última sexta-feira (1º), a fim de conseguir uma redução de 20% para 15% no incentivo do Imposto de Produto Industrializado (IPI) para os concentrados de bebidas do Amazonas, parte da bancada amazonense já possui estratégias específicas para reverter o decreto federal 9.394, que reduziu de 20% para 4% esse benefício. A reunião dos parlamentares do Amazonas com Temer e com ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que será realizada hoje (5), pode ser a última oportunidade para decidir sobre o caso.

Para chegar ao encontro com uma proposta viável para o Estado, o deputado federal Pauderney Avelino [Dem] terá, primeiramente, uma reunião com técnicos e representantes das empresas do polo de concentrados. "Após a reunião, vamos formalizar uma proposta e encaminhar ao Ministério da Fazenda", disse Pauderney. O parlamentar foi o único que não compareceu à reunião de sexta, na sede do PRB, para tratar do decreto. Isso aconteceu porque ele estava em Brasília tentando uma proposta favorável para o Amazonas.

A senadora Vanessa Grazziotin [PCdoB] também se antecipou e ontem ingressou com um projeto de decreto legislativo a fim de sustar os efei-

tos do decreto 9.394. Para ela, caso o pedido da bancada amazonense não se resolva, a medida será um caminho para que se chegue a uma solução. "Se for aprovada na Comissão de Constituição e Justiça [CCJ], a matéria seguirá para o plenário do Senado. Na Câmara terá a mesma tramitação e, aprovada, segue à promulgação do presidente do Congresso", informou Vanessa.

No teor do decreto, a senadora alegou que "Constituição Federal impede que os contribuintes sejam surpreendidos com a cobrança imediata do aumento da carga tributária. Além do mais, assegura o tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus". No projeto são citados, ainda, os artigos 40 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [ADCT], que asseguram à Zona Franca suas "características de incentivos fiscais, e somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos".

Hissa Abrahão é mais enérgico e cita que em caso de resistência do presidente, irá motivar que a bancada do Amazonas torne-se oposição no Congresso Nacional. Para ele, não existe outra solução além desta. "Primeiro, vamos esperar o resultado desta reunião", afirmou.

A reportagem entrou em contato com os demais parlamentares, mas até o fechamento deste edição não obteve sucesso.

Empresas do PIM buscam mais interação social com projetos de preservação ao meio ambiente

Indústrias buscam valorização ambiental

ANTONIO PARENTE
 aparente@cam.com.br

O esforço das empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) em contribuir na preservação do meio ambiente tem se mostrado cada vez mais importante, mas, para especialistas ambientais, as atividades e projetos não têm sido efetivas para deixar legado de sustentabilidade e conscientização nas comunidades.

De acordo com as diretrizes do ISO 14000, toda empresa precisa cumprir um requisito de um sistema de gestão ambiental, e desenvolver uma estrutura para a proteção do ecossistema em seu meio social. Segundo a assessora ambiental Elisa Muller, muitas empresas ainda estão longe de abranger um projeto social e ambiental dentro do seu contexto de indústria, e destacou que a maioria dos projetos e atividades elaboradas por elas, apenas preenchem o requisito básico das normas estabelecidas pela lei.

"O envolvimento ambiental das empresas ainda é pouco. O socioambiental no todo não está sendo visto. As ações sociais não tem tido resultado para cidadania criar legados de conscientização das pessoas. A indústria precisa parar de fazer programinha do Dia da Água ou do Meio Ambiente e produzir projeto sustentável onde a comunidade consiga fonte de renda para manter a fauna e flora preservada", disse.

Muller explica, que não basta desenvolver projetos apenas em um certo período, e não criar uma estrutura para que o mesmo tenha uma continuidade ao longo do ano. É preciso que as empresas criem mecanismos para acompanhar e criar frutos de desenvolvimento sustentável para as comunidades ao seu redor.

"Apesar do esforço de cumprir seu papel ambiental, muitas delas ainda focam muito em fazer apenas no contexto de um Dia do Meio Ambiente por exemplo, e esquecem do resto do ano. E a intenção das leis é sair desse contexto de fazer uma ação de uma vez por ano, ou seja, tem que ser contínua para que ação seja um hábito no dia a dia das pessoas. Perdemos o hábito de preservar e adquirimos o hábito de destruir, e as empresas têm a obrigatoriedade de manter isso pelo seu papel social", ressaltou.

Muller destacou, a importância da população ser mais participativa no processo de cobrança nas empresas, para que elas criem mecanismos dentro de um raio de 5 km em seu entorno, para levar projeto sociais e ambientais desenvolvidos de forma sustentável. "A população precisa estar ciente do que está acontecendo, no Brasil as leis ambientais são muito superficiais. A população tem que ser mais participativa e cobrar isso. A empresa nunca vai fazer além do que ela precisa fazer, infelizmente nosso país ainda é retrógrado de não pensar no todo. A empresa precisa acompanhar seus projetos nas comunidades. Ou pagar alguém para que o projeto tenha andamento", disse.

Apesar da pouca efetividade, a assessora ambiental explica que já nota-se alguma mudança de comportamento das empresas para serem mais atuantes em relação a sua responsabilidade ambiental. "Apesar disso há alguma evolução. Trabalho em Manaus há 16 anos, e na área de limpeza por exemplo, vejo que a lei está sendo cumprida, e isso é bom", ressaltou.

De acordo com o superintendente-geral da FAS (Fundação Amazonas Sustentável), Virgílio Viana, uma das maiores falhas dos projetos das empresas do Parque Industrial de Manaus, é o envolvimento mais direto com a causa da conservação da Amazônia, e reforçou que apesar desse fator, tem havido uma melhoria nas ações industriais para a preservação.

"Eu observo uma melhora qualitativa e significativa e acho que cada vez mais é um assunto que está no compromisso, nas agendas das empresas. Mas ainda há muito a ser feito. Principalmente, devido aos incentivos que as empresas recebem que é preciso ter um retorno para a sociedade, não apenas na geração de emprego. Mas, é preciso que façam mais, esforçando-se para preservar a natureza, criando ferramentas sustentáveis", disse.

Empresas atuantes

Muitas empresas do PIM, tem cumprido seu papel em relação ao meio ambiente. Entre elas, a Coca-Cola Brasil está presente no Amazonas há 28 anos, por meio da atuação dos fabricantes Recofarma e Grupo Simões. A empresa, é responsável por uma



Coca-Cola desenvolve projetos na capital e no interior

cadeia de valor que apoia cerca de 11 mil famílias no Amazonas, entre funcionários, fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços.

A empresa apoia o programa bolsa-floresta da FAS, e nos últimos anos tem ajudado as cooperativas e associações no interior do Amazonas, contribuindo para melhorar a logística, a segurança do trabalho e incentivando boas práticas de manejo sustentável. O resultado é que a agricultura familiar de 12 municípios amazonenses é responsável por metade do fornecimento de guaraná para a produção da companhia.

Olhos da floresta

Em parceria com a ONG Imaflora, a Coca-Cola Brasil desenvolve o projeto Olhos da Floresta, em Presidente Figueiredo (AM).

Desde junho de 2016, o programa incentiva a agricultura familiar e a cadeia do guaraná no Amazonas, trazendo oportunidades

de inclusão social, geração de renda e uso racional dos recursos naturais. Entre as iniciativas, o programa dá aos agricultores familiares apoio técnico para adotar os SAFs (Sistemas Agroflorestais), modelo alternativo de produção que combina culturas agrícolas e espécies florestais em um mesmo espaço, o que transforma áreas degradadas em férteis.

Segundo a gerente de sustentabilidade da Coca-Cola Brasil, Flávia Neves, até 2020, serão beneficiadas 350 famílias amazonenses que produzem o guaraná comprado pela Coca-Cola Brasil. "Para a Coca-Cola Brasil, o guaraná é matéria-prima regional essencial para o negócio. Uma cadeia produtiva forte do guaraná, que fortaleça a agricultura familiar promovendo a inclusão

social com o uso sustentável dos recursos naturais, responde não apenas aos desafios relacionados à cadeia de fornecedores, mas

também é uma condição para o desenvolvimento do interior do Estado do Amazonas", destacou.

Estão sendo desenvolvidas ainda ações, em parceria com o Imaflora, de estímulo a formas de organização social, construção dos referenciais técnicos para agricultura familiar e guaraná em oficinas e workshops, práticas de manejo agroecológico e estímulo à preservação da biodiversidade, além da atuação para o desenvolvimento de uma cadeia de preço justo e transparente.

Água + acesso

Outra ação da Coca-Cola Brasil em parceria com a FAS, é o projeto Água+ Acesso, que tem implementado soluções inovadoras e autossustentáveis para o acesso e tratamento de água em comunidades de baixa renda no país. No Norte e no Nordeste, os projetos já estão beneficiando diretamente mais de 4 mil pessoas. No Amazonas, comunidades ribeirinhas do Estado já foram impactadas por iniciativas realizadas em parceria com a FAS. Essa iniciativa soma e combina conhecimentos para implantar e disseminar modelos autossustentáveis com amplo potencial de escala para comunidades de todo o Brasil. "A água é o recurso mais precioso para a vida humana, assim como para o negócio da Coca-Cola Brasil. Por isso, para além de ampliar ações relacionadas à eficiência em fábricas, conservação e reposição de bacias, estamos fortemente engajados em mobilizar colaboradores, parceiros e a so-

cidade para ampliar o acesso e tratamento à água de forma segura e sustentável para comunidades rurais e urbanas de todo o Brasil", afirma Andréa Mota, diretora de sustentabilidade da Coca-Cola Brasil.

Na comunidade Tatulândia, localizada dentro da RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) do Turpé, por exemplo, foi criado um novo sistema de perfuração de poços e torneiras. Outra comunidade beneficiada é a do Solimõeszinho, localizada dentro da RDS Puranga da Conquista.

Honda

Outra empresa que vem desenvolvendo projetos para o meio ambiente, é a Moto Honda da Amazônia, que desde 2003, colhe as safras do Projeto Agrícola, localizado no município de Rio Preto da Eva. Em um terreno de 1002,63 hectares, a empresa visa o plantio de árvores frutíferas e de espécies ameaçadas de extinção, como mogno, pau-rosa, copaliba e androba. Neste programa, a empresa investe em benfeitorias e no cultivo de mais de 20 mil mudas, boa parte delas frutíferas, como coco, pupunha, acerola, limão, mamão e banana. O projeto também realiza o cultivo de alface hidropônica e todos esses alimentos abastecem os restaurantes da fábrica e entidades que cuidam de crianças e idosos carentes. Cerca de 80% da área, o equivalente a 802,38 hectares, é mantida como reserva legal.

